

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.674.200 - SP (2017/0045809-4)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : MARCO AURELIO FUNCK SAVOIA E OUTRO(S) - SP311564
RECORRIDO : SUELI APARECIDA BAPTISTA
ADVOGADOS : APARECIDO INÁCIO FERRARI DE MEDEIROS - SP097365
MOACIR APARECIDO MATHEUS PEREIRA - SP116800
CARLOS EDUARDO MENDONÇA FELICIANO - SP231362
ANDRE LUIZ DE SOUZA LIMA E OUTRO(S) - SP321249

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela Fazenda do Estado de São Paulo, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 187):

SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL. Incorporação de décimos. Constituição do Estado, artigo 133. Anulação. Ato de concessão publicado em agosto de 1998. Ação ajuizada em dezembro de 2012. Decadência administrativa. Lei Estadual nº 10177/1998, artigo 10. Prescrição quinquenal. Decreto 20910/1932. Princípio de simetria. Lei especial que não permite aplicar a disciplina geral do Código Civil. Recurso provido para reconhecer a prescrição, com inversão dos ônus da sucumbência.

Sustenta a recorrente, em preambular, a nulidade do acórdão impugnado, por suposta persistência das omissões apontadas nos embargos declaratórios, configurando-se violação do disposto nos arts. 165, 458, II, e 535, I e II, do CPC/1973.

Assevera que o acórdão foi omissor na análise dos seguintes pontos (e-STJ, fl. 209):

- (i) "omissão na análise da alegação de que os prazos administrativo e judicial são inconfundíveis, de tal sorte que a consumação de um deles (no caso, o administrativo) não tem o condão de impedir a Administração Pública de buscar, pela via judicial, a anulação do ato;
- (ii) omissão! na análise do "poder-dever da Administração Pública de buscar a anulação dos atos administrativos ilegais — especialmente quando já tiver transcorrido o prazo para pleitear,] judicialmente, a sua invalidação', à luz da inafastabilidade do controle jurisdicional e do princípio da legalidade.

Alega a violação dos arts. 205 e 2.028 do Código Civil, sob o argumento de ser possível a anulação de ato administrativo na via judicial, após o escoamento do prazo decadencial para a anulação pela via administrativa.

Superior Tribunal de Justiça

Argumenta, outrossim, a inaplicabilidade do regramento estabelecido no Decreto n. 20.910/1932, uma vez que esse diploma legal trata apenas de dívidas passivas do Estado e não de dívidas ativas. Seria aplicável, portanto, o prazo prescricional de previsto no Código Civil.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 224-228.

É o relatório.

O recurso não merece provimento.

A Corte *a quo* decidiu que a anulação do ato administrativo pleiteada na ação pelo ente público não seria mais cabível, ante o decurso do prazo decadencial previsto em lei estadual, bem como pelo transcurso do prazo quinquenal previsto no art. 1º do Decreto n. 20.910/1932.

Confira-se (e-STJ, fl. 188):

A ação foi ajuizada em 10 de dezembro de 2012, mais de quatorze anos depois, quando não cabia mais a revisão administrativa do ato, em virtude da decadência administrativa, como estabelecido pelo artigo 10 da Lei Estadual nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998: [...]

Assim, não pode o Estado, após o referido lapso decadencial, anular o ato por considerá-lo em desacordo com a norma vigente ou pretender dar interpretação diversa, porque os efeitos se incorporaram ao patrimônio jurídico da servidora.

Embora a prescrição administrativa não se estenda às ações judiciais, também se verificou a prescrição quinquenal do Decreto 20910/1932, aplicável por simetria, sendo que a lei especial impede a aplicação da disciplina geral do Código Civil.

O acórdão recorrido encontra-se em perfeita consonância com a orientação firmada na jurisprudência desta Corte, pela qual, nas ações ajuizadas pela Fazenda Pública, em virtude do princípio da isonomia, deve-se aplicar o prazo previsto no art. 1º do Decreto n. 20.910/1932.

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PAGAMENTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO À TERCEIRO INDEVIDAMENTE. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL. ART. 1º DO DECRETO 20.910/1932. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Em se tratando de ação em que a Fazenda Pública busca reaver parcelas remuneratórias indevidamente pagas, o prazo prescricional a ser observado, por analogia, é o quinquenal, previsto no art. 1o. do Decreto 20.910/1932, em respeito ao princípio da isonomia. Precedentes: AgRg no REsp. 1.109.941/PR, Rel. Min. LEOPOLDO DE ARRUDA, DJe 11.5.2015 e AgRg no AREsp. 768.400/DF, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 16.11.2015.

Superior Tribunal de Justiça

2. No caso, colhe-se dos autos que o título executivo (fls. 193/197) transitou em julgado em 26.4.2002 (fls. 200). Em 1º.8.2002 o IPERGS propôs Execução de Sentença (fls. 208). Logo, dentro do prazo de 5 anos previsto no art. 1o. do Decreto 20.910/1932, afastando a ocorrência de prescrição do fundo de direito.

3. Agravo do Interno do Particular a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.476.560/RS, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/3/2019, DJe 20/3/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO. DANOS EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. APLICAÇÃO DO ART. 20.910/32 PRECEDENTES.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que é quinquenal o prazo de prescrição nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. Pelo princípio da isonomia, o mesmo prazo deve ser aplicado nos casos em que a Fazenda Pública é autora. Precedentes: AREsp 881.040/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 10/11/2016; AREsp 850.760/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 15/4/2016; AREsp 768.400/DF, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 16/11/2015.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.716.221/SC, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/10/2018, DJe 5/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RESSARCIMENTO AO SUS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. APLICAÇÃO DO DECRETO 20.910/1932.

1. O acórdão recorrido dissentiu do entendimento consolidado no STJ, segundo o qual, nas demandas envolvendo pedido de ressarcimento ao Sistema Único de Saúde pelas operadoras de planos ou segurados de saúde, incide o prazo prescricional quinquenal, previsto no Decreto 20.910/1932, e não o disposto no Código Civil, em observância ao princípio da isonomia.

2. A relação jurídica que há entre o Agência Nacional de Saúde - ANS e as operadoras de planos de saúde é regida pelo Direito Administrativo, por isso inaplicável o prazo prescricional previsto no Código Civil.

3. Recurso Especial provido para determinar o retorno dos autos ao Tribunal a quo a fim de que a prescrição seja analisada à luz do art. 1º do Decreto 20.910/1932.

(REsp 1.726.962/ES, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/6/2018, DJe 22/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. VÍCIO NÃO CONFIGURADO. AÇÃO REGRESSIVA. ACIDENTE DE TRABALHO. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. FUNDO DE DIREITO. TERMO INICIAL. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO.

Superior Tribunal de Justiça

1. Inexiste violação do art. 535 do CPC/1973 quando o acórdão recorrido fundamenta claramente seu posicionamento, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.
2. Nos casos de ação de regresso acidentária, em razão do princípio da isonomia, deve-se aplicar o mesmo prazo previsto para a Fazenda Pública quanto à prescrição do fundo de direito, nos termos do art. 1º do Decreto n. 20.910/1932, contado a partir da concessão benefício previdenciário. Precedentes.
3. Recurso especial a que se nega provimento.
(REsp 1.535.512/RN, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/2/2018, DJe 7/3/2018)

Assim, independentemente da discussão acerca da aplicabilidade do prazo decadencial à ação em epígrafe, o acórdão merece ser mantido, em razão do decurso do prazo prescricional previsto no art. 1º do Decreto n. 20.910/1932.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator